CURSO

Gestão do eSocial na Administração Pública

Professor: *Rodrigo Moraes*

Carga horária: 17 horas

Nota: 4.9 ★★★★★

Modalidade: Presencial

Cidade: Porto Alegre-RS

Data:
13 de maio de 2026 - 09h às 17h
14 de maio de 2026 - 09h às 17h
15 de maio de 2026 - 09h às 12h
Local: Novotel Porto Alegre Três Figueiras
Av. Soledade, 575, Três Figueiras, Porto Alegre - RS

Ver Mais Datas

Investimento:
1º Lote: R$ 2.800,00
2º Lote: R$ 3.400,00
** O valor de 2º lote será aplicado para inscrições **pagas após** o dia do treinamento*

03:12

Revisão, Implementação e Atualizações

O eSocial precisa ser estudado, implantado e revisado com segurança em todos os órgãos de administração pública, direta e indireta.

Saiba mais

O que vou receber

- 17 horas de Treinamento
- Material
- Grupo Vip de Whatsapp
- 3 Almoços
- 5 Coffee-break
- Certificado

Objetivo

Mostrar Mais

Professor

Mostrar Mais

Programa

Mostrar Mais

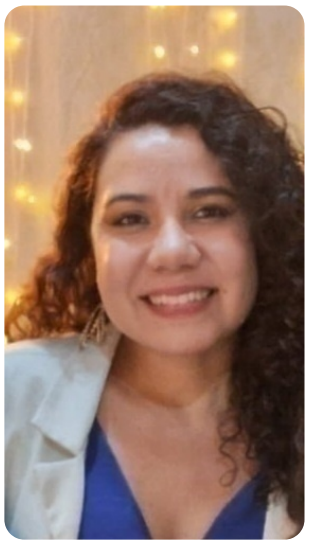
Depoimentos



RAFAEL SABINI SCHERER

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

“Professor com experiência e domínio sobre a matéria. Curso focado em soluções práticas para os problemas enfrentados pelas organizações. Recomendo.”



Excelente curso, agregou muito para minha carreira profissional. Só tenho elogios para os professores nesses 3 dias. Com certeza, voltarei a fazer outros cursos!

William Fileti

Município Armazém

Ótimos dias de treinamento. Espero ter a oportunidade de poder participar de outros. Parabéns aos professores e organizadores.

Beatriz Jacques Vendramini

Prefeitura de Criciúma

O material é bem completo e reúne muitas das principais dúvidas que surgem na rotina de parametrização e adequação do RH às normas legais. Estou bem satisfeita com o conteúdo e realmente foi essencial tudo o que foi apresentado aqui, certamente vou levar para a prefeitura alterações e direcionamentos necessários.

Jociane Keller

Atendimento excelente, fui bem recepcionada por pessoas queridas e acolhedoras, curso bem completo, estou levando uma bagagem muito boa desses 3 dias de curso, valeu muito a pena.

Cursos Relacionados



Imposto de Renda Retido na Folha na Administração Pública

On-line - ao vivo



Imposto de Renda Retido na Folha de Pagamento de A a Z na Administração Pública

On-line - ao vivo



Gestão do eSocial na Administração Pública

Porto Alegre-RS



Gestão do eSocial na Administração Pública

Curitiba-PR

Ver Todos os Cursos

Dúvidas Frequentes

- Quais são as áreas dos cursos oferecidos?
- Os cursos são destinados para iniciantes ou profissionais experientes?
- Os cursos são on-line?
- Os cursos on-line e ao vivo, ficam gravados?

Os cursos possuem certificados?

Os cursos geram pontuação para o programa de Educação Profissional Continuada, do Conselho Federal de Contabilidade?

Contato: (48) 3626-5848 | (48) 99930-3337 | contato@metacursos.com.br
© Copyright - Meta Cursos e Treinamentos Ltda - CNPJ: 11.517.150/0001-93

Gestão do eSOCIAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conteúdo Programático

MÓDULO 1:

INTRODUÇÃO AO ESOCIAL E FUNDAMENTOS PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS

Este módulo aborda os conceitos essenciais do eSocial, sua lógica e como ele se aplica especificamente aos órgãos públicos, distinguindo as regras para RGPS e RPPS.

1. Visão Geral do eSocial: Objetivos, princípios e estrutura (eventos de tabela, não periódicos, periódicos e totalizadores).
2. Quem está obrigado: Abrangência para órgãos públicos, incluindo servidores RGPS e RPPS.
3. Regimes Previdenciários no eSocial:

- Regime Geral de Previdência Social (RGPS): Abrangência e características.
- Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Abrangência e características.
- Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA): Abrangência e características.
- Regime de Previdência Social no Exterior: Abrangência e características.
- Interação e coexistência de regimes dentro do mesmo órgão público.

4. Lógica do Sistema e Recomendações: Conceito de "empilhamento", identificadores (declarantes, trabalhadores), qualificação cadastral.
5. Qualificação Cadastral (CQC): Importância da qualificação dos dados cadastrais (CPF, Nome, Data de Nascimento, NIS) para servidores e beneficiários de ambos os regimes (RGPS e RPPS).
6. Modelo Operacional: Geração e transmissão de arquivos (XML, Webservice, Portal eSocial, gov.br), certificação digital, protocolo e recibo de entrega, advertências e erros.
7. Acesso ao Sistema: Certificado Digital (e-CNPJ, e-CPF), procuração eletrônica e perfis de acesso.
8. Tabelas do eSocial: Diferença entre tabelas do eSocial e tabelas do empregador.
9. Registro de Eventos Trabalhistas (RET): Sua função e validações para RGPS e RPPS.
10. Situação "Sem Movimento": Regras e exceções para órgãos públicos.
11. Datas: Preenchimento geral, data inicial do evento, validade nas tabelas.
12. Alterações, Retificações e Exclusões: Tratamento de inconsistências e eventos extemporâneos.
13. Órgãos Públicos: Especificidades da administração pública (descentralização, EFR), e a coexistência de diferentes regimes de contratação e previdência.

MÓDULO 2:

EVENTOS DE TABELA DO EMPREGADOR (ÓRGÃO PÚBLICO)

Este módulo detalha os eventos iniciais que definem a estrutura do órgão público no eSocial, com atenção às configurações para RGPS e RPPS.

1. S-1000 – Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público: Cadastro inicial, classificação tributária (80, 85, 99), CNPJ completo para Administração Pública Federal, CNPJ do EFR, opção de envio unificado ou não unificado.

2. S-1005 – Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos: Cadastro de unidades administrativas como estabelecimentos, CAEPF para pessoas físicas, fundos especiais.

3. S-1010 – Tabela de Rubricas: Detalhamento das rubricas da folha de pagamento, correlação com a Tabela 03, incidências (CP, IRRF, FGTS, PIS/PASEP). Ênfase no codIncCPRP para rubricas de RPPS.

4. S-1020 – Tabela de Lotações Tributárias: Classificação da atividade para FPAS, Particularidades para órgãos públicos (FPAS 582 e Terceiros 0000).

5. S-1070 – Tabela de Processos Administrativos/Judiciais: Processos que influenciam o cálculo de tributos e FGTS. Importância para suspensão de exigibilidade de contribuições RGPS e RPPS.

MÓDULO 3:

EVENTOS NÃO PERIÓDICOS - CADASTRAMENTO E CONTRATUAIS (TRABALHADORES)

Este módulo foca nos eventos relacionados à vida funcional dos trabalhadores, desde a admissão até o desligamento, incluindo as especificidades dos servidores públicos (RGPS e RPPS).

1. S-2190 – Registro Preliminar de Trabalhador: Uso opcional, informações básicas, relação com S-2200/S-2300.

2. S-2200 – Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador: Admissão de empregados (CLT/RGPS) e ingresso de servidores estatutários (RGPS, RPPS, Militares etc), cadastramento inicial de vínculos ativos, matrícula, dados pessoais, endereço, dependentes, trabalhador imigrante, local de trabalho, cargo/função, salário contratual, horário contratual, contrato por prazo determinado, contratação de menores/aprendizes, regime previdenciário (tpRegPrev), transferência/sucessão, trabalhadores com deficiência, nome social.

3. Regime Previdenciário (tpRegPrev): Detalhamento dos valores válidos (1 - RGPS, 2 - RPPS, 3 - Exterior, 4 - SPSMFA) e suas implicações.

4. Informações Estatutárias (infoEstatutario):

4.1. Tipo de Provimento (tpProv): Códigos específicos para estatutários (e.g., nomeação, redistribuição, reversão).

4.2. Data de Exercício (dtExercicio): Campo obrigatório para estatutários.
4.3. Plano de Segregação da Massa (tpPlanRP): Essencial para RPPS que segregaram massas (Plano Financeiro ou Previdenciário).
4.4 Teto RGPS (indTetoRGPS): Para servidores sujeitos ao teto do RGPS.
4.5. Abono Permanência (indAbonoPerm, dtIniAbono): Para servidores que recebem abono permanência.
5. Dependentes para RPPS: Informações para fins previdenciários, conforme regras do RPPS.
6. Categorias de Trabalhadores: Empregado Público (101) Servidor Público (301-314), Dirigente Sindical (401), Trabalhador Cedido (410), Bolsistas (901, 902, 906), Conselheiros Tutelares (771) e outros.
7. Agrupamento de Vínculos (GFIP vs. eSocial): Procedimentos para retificar S-2200 para agrupar vínculos informados em diferentes CNPJs, utilizando tpProv (para estatutários) ou tpAdmissao (para celetistas) e o grupo sucessaoVinc.
8. S-2205 – Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador: Alterações de documentação, escolaridade, estado civil. Aplicável a servidores RGPS e RPPS.
9. S-2206 – Alteração de Contrato de Trabalho/Relação Estatutária: Alterações de remuneração, duração, local, cargo/função, jornada, prorrogação de contrato. Essencial para alterações de servidores RPPS (e.g., mudança de cargo, função comissionada, regime previdenciário).
10. Mudança de Regime Previdenciário (CLT para Estatutário e vice-versa)
11. Alteração de Categoria para Cargo em Comissão: Procedimento para retificar S-2200 de categoria 101 para 302 (Servidor público ocupante de cargo em comissão), exigindo exclusão prévia de S-2206 e posterior reenvio.
12. S-2298 – Reintegração/Outros Provimentos: Reintegração, reversão, recondução, reinclusão de militar. Aplicável a servidores RPPS.
13. S-2299 – Desligamento: Registro de desligamento, transferência de trabalhador, verbas rescisórias, aviso prévio, pensão alimentícia, desligamento de empregado afastado. Para servidores estatutários, o grupo verbasResc NÃO deve ser preenchido.
14. S-2300 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Início: Cadastro de TSVE (avulsos, dirigentes sindicais, estagiários, diretores não empregados, conselheiros tutelares, bolsistas), trabalhador cedido. Inclui categorias específicas de agentes públicos e cedidos.
15. Regime Previdenciário (tpRegPrev): Para TSVEs, incluindo a categoria de origem para dirigentes sindicais, trabalhadores cedidos e mandato eletivo.
16. Informações de Dirigente Sindical (infoDirigenteSindical): Categoria de origem, dados do empregador de origem, tpRegPrev da origem.
17. Informações de Trabalhador Cedido (infoTrabCedido): Categoria de origem, CNPJ/matrícula do cedente, tpRegPrev da origem.

18. Informações de Mandato Eletivo (infoMandElet): Categoria de origem, CNPJ/matrícula do órgão de origem, opção pela remuneração do cargo efetivo, tpRegPrev da origem.
19. Trabalhadores em Programas de Residência Jurídica: Devem ser informados na categoria 306 – Servidor público contratado por tempo determinado.
20. Bolsistas (Lei nº 13.958/2019): Devem ser cadastrados na categoria 902 – Médico residente, residente em área profissional de saúde ou Médico em curso de formação e vinculados a uma Lotação Tributária tipo 92 - Bolsista Contribuinte Individual sem Contribuição Patronal.
21. S-2306 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Alteração Contratual: Alterações de dados contratuais de TSVE.
22. S-2399 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Término: Encerramento da prestação de serviço de TSVE.

MÓDULO 4:

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE EVENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)

Este módulo aborda os eventos relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores. É crucial entender a obrigatoriedade diferenciada para RGPS e RPPS.
1. S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT): Comunicação de acidentes, tipos de CAT, local do acidente, afastamento. Obrigatório para RGPS, facultativo para RPPS.
2. S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), exames complementares, PCMSO. Obrigatório para RGPS, não obrigatório para RPPS.
3. S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos: Registro de condições ambientais, exposição a agentes nocivos, EPI/EPC, PPP. Obrigatório para RGPS, não obrigatório para RPPS.

MÓDULO 5:

EVENTOS ESPECÍFICOS DE ENTES PÚBLICOS (BENEFÍCIOS E CESSÃO)

Este módulo é crucial para órgãos públicos, pois trata de eventos exclusivos ou com particularidades significativas para o setor, como a cessão de servidores e a gestão de benefícios de RPPS.
1. S-2231 – Cessão/Exercício em Outro Órgão: Início e término de cessão/exercício. Evento exclusivo para Órgãos Públicos.
2. S-2400 – Cadastro de Beneficiários – Entes Públicos: Cadastro de beneficiários do sistema de previdência dos regimes próprios, incluindo os beneficiários das complementações de benefícios do RGPS, reserva, reforma e pensões de militares e aposentadorias e pensões dos parlamentares, bem como os de benefícios de natureza não previdenciária.

3. S-2405 – Alteração de Dados Cadastrais do Beneficiário – Entes Públicos: Alterações de dados cadastrais de beneficiários (exceto CPF).
4. S-2410 – Cadastro de Benefícios Ente Público: Cadastro de benefícios, identificação por tipo, data de início, número do benefício, pensão por morte, benefícios especiais. Inclui a identificação do tpPlanRP (Plano Financeiro ou Previdenciário) para RPPS com segregação de massa.
5. S-2416 – Alteração do Cadastro de Benefícios – Entes Públicos: Alterações no benefício (periodicidade, tipo, duração), suspensão de benefício.
6. S-2418 – Reativação de Benefícios: Reativação de benefício previamente cessado.
7. S-2420 – Cadastro de Benefícios – Entes Públicos - Término: Cessação da obrigatoriedade de pagamento de benefícios, término por transferência de órgão.

MÓDULO 6:

EVENTOS PERIÓDICOS (REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO)

Este módulo aborda a espinha dorsal do eSocial: a folha de pagamento e os eventos relacionados à remuneração e aos pagamentos, com a clara distinção entre RGPS e RPPS.
1. S-1200 – Remuneração de Trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS): Informação de rubricas remuneratórias e não remuneratórias, demonstrativos de valores devidos, RRA, múltiplos vínculos, sucessão trabalhista. Exclusivo para trabalhadores RGPS, mas também para a base de cálculo do FGTS de empregados celetistas amparados por RPPS.
Escrituração de Remuneração de Períodos Anteriores!
2. S-1202 – Remuneração de Servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS: Informação de remuneração para servidores RPPS, RRA, cessão, mandato eletivo. Exclusivo para servidores RPPS.
3. S-1207 – Benefícios – Entes Públicos: Informação de proventos e pensões para beneficiários de RPPS, militares, parlamentares, RRA. Exclusivo para benefícios de entes públicos.
4. S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho: Informações de pagamentos a trabalhadores e beneficiários, relação com eventos remuneratórios (S-1200, S-1202, S-1207), pagamentos futuros, informações de IR.
5. S-1298 – Reabertura dos Eventos Periódicos: Reabertura de movimento.
6. S-1299 – Fechamento dos Eventos Periódicos: Encerramento da transmissão, situação "sem movimento", transmissão da DCTFWeb. O eSocial não apura as contribuições previdenciárias devidas aos RPPS.

MÓDULO 7:

NOÇÕES BÁSICAS - PROCESSOS TRABALHISTAS

Este módulo aborda a escrituração de informações decorrentes de processos trabalhistas, um tema de crescente importância no eSocial, aplicável a trabalhadores RGPS e, em casos específicos, a servidores RPPS quando o processo tramita na Justiça do Trabalho.

NOÇÕES BÁSICAS - PROCESSOS TRABALHISTAS

Este módulo aborda a escrituração de informações decorrentes de processos trabalhistas, um tema de crescente importância no eSocial, aplicável a trabalhadores RGPS e, em casos específicos, a servidores RPPS quando o processo tramita na Justiça do Trabalho.

1. S-2500 – Processo Trabalhista: Registro de informações de processos trabalhistas, acordos em CCP/Ninter, reconhecimento de vínculo, unificação de vínculos. Não deve ser utilizado para processos da Justiça Comum ou Federal (que afetam RPPS).

2. S-2501 – Informações dos Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista: Valores devidos e bases de cálculo de IRRF, CP e Terceiros.

3. S-2555 – Solicitação de Consolidação das Informações de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista: Consolidação de S-2501 múltiplos.

4. S-3500 – Exclusão de Eventos – Processo Trabalhista: Exclusão de eventos S-2500, S-2501 ou S-2555.

MÓDULO 8:

TOTALIZADORES E IMPACTOS FISCAIS

Este módulo explora os eventos de retorno do eSocial, que consolidam as informações enviadas e servem de base para a apuração de tributos, além de abordar a integração com outras declarações.

1. S-5001 – Informações das Contribuições Sociais Consolidadas por Trabalhador: Retorno do eSocial com totalização da base de cálculo (Salário de Contribuição) da contribuição previdenciária de cada trabalhador RGPS.

2. S-5002 – Imposto de Renda Retido na Fonte: Retorno do eSocial com totalização de rendimentos e IRRF. Inclui IRRF para RGPS e RPPS.

3. IRRF de Estados e Municípios: "O IRRF informado pelos órgãos da Administração Direta dos Estados e Municípios e pelas suas Autarquias e Fundações pertencem aos entes. Assim, quando do encerramento dos eventos periódicos, o eSocial não enviará para o DCTFWeb os códigos de receita de IRRF."

4. S-5003 – Informações do FGTS por Trabalhador: Retorno do eSocial com totalização da base de cálculo e valor do depósito do FGTS. Exclusivo para RGPS.

5. S-5011 – Informações das Contribuições Sociais Consolidadas por Contribuinte: Retorno do eSocial com totalização da base de cálculo por categoria de trabalhador, por lotação tributária e por estabelecimento. Foco nas contribuições RGPS.

6. S-5012 – Imposto de Renda Retido na Fonte Consolidado por Contribuinte: Retorno do eSocial com consolidação dos valores de IRRF por tipo.

7. S-5013 – Informações do FGTS Consolidadas por Contribuinte: Retorno do eSocial com totalização da base de cálculo e valores de depósito do FGTS. Exclusivo para RGPS.

8. S-5501 – Informações Consolidadas de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista: Retorno do eSocial com tributos apurados de processos trabalhistas.
9. S-5503 – Informações do FGTS por Trabalhador em Processo Trabalhista: Retorno do eSocial com FGTS de processos trabalhistas.
10. Integração com DCTFWeb e EFD-Reinf: Fluxo de informações e responsabilidades.

MÓDULO 9:

GESTÃO DE ERROS E RETIFICAÇÕES E CASOS PRÁTICOS

Este módulo finaliza o curso com a abordagem de situações reais, a resolução de problemas e as melhores práticas para a gestão do eSocial.
1. S-3000 - Exclusão de Eventos: Procedimentos para exclusão de eventos não periódicos e periódicos.
2. S-3500 - Exclusão de Eventos - Processo Trabalhista: Procedimentos para exclusão de eventos de processo trabalhista.

MÓDULO 10:

NOVIDADES DO ESOCIAL (FOCO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS)

É fundamental que o curso destaque as novidades e as mudanças mais recentes, especialmente com a transição para a versão S-1.3 e outras atualizações que impactam diretamente os órgãos públicos e seus regimes previdenciários.
1. Implantação da Versão S-1.3:
2. Ambiente de Produção: A versão S-1.3 foi implementada no ambiente de produção em 02 de dezembro de 2024.
Leiautes do eSocial v. S-1.3, sumário
3. Período de Convivência: Houve um período de convivência entre as versões S-1.2 e S-1.3, de 02 de dezembro de 2024 a 02 de fevereiro de 2025, permitindo o envio de eventos em ambas as versões.
4. Exclusividade da S-1.3 para Eventos Específicos: Os eventos S-1210 (Pagamentos de Rendimentos do Trabalho) e S-2501 (Informações de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista) devem ser enviados exclusivamente na versão S-1.3 a partir do período de apuração de janeiro de 2025.
5. Tabelas do eSocial: A partir de 02 de dezembro de 2024, as tabelas do eSocial (Anexo I) são as da versão S-1.3, independentemente da versão do evento transmitido.
6. Reoneração da Folha (NT 02/2024):
Ajustes no eSocial para atender à Lei nº 14.973 de 2024, que trata da reoneração gradual da folha de pagamento.
7. FGTS Digital e eConsignado:
A Plataforma FGTS Digital passou a gerar a guia de recolhimento do FGTS com base nas informações do eSocial a partir da competência de março de 2024. Aplicável a trabalhadores RGPS.

Restrição para RPPS: Órgãos públicos não podem utilizar rubrica com natureza 9253 nos eventos S-1202 ou S-1207 para informar descontos de eConsignado para trabalhadores da categoria 1XX.

8. Processos Trabalhistas (S-2500 e S-2501):

A obrigatoriedade de envio de eventos de processo trabalhista (S-2500 e S-2501) iniciou em 01 de outubro de 2023. Aplicável a processos que tramitam na Justiça do Trabalho, podendo envolver trabalhadores RGPS e, em alguns casos, servidores RPPS se a matéria for de competência trabalhista.

Integração do FGTS Digital com processos trabalhistas (S-2500) para trabalhadores com reconhecimento judicial de vínculo e desligamento a partir de 01/03/2024.

Escrituração de Remuneração de Períodos Anteriores por Decisão Judicial (Justiça Comum): Detalha como órgãos públicos devem informar no S-1200 (para RGPS) ou S-1202 (para RPPS) (grupo infoPerAnt) e no S-1210, com a possibilidade de o IRRF ser tratado via EFD-Reinf.

9. Exame Toxicológico (S-2221):

Novo evento S-2221 para motoristas profissionais, com início de obrigatoriedade em 01 de agosto de 2024. Aplicável a empregados RGPS.

10. Substituição da DIRF - Informações de IRRF no S-1210:

Detalhamento das informações complementares implementadas na versão S-1.3 visando a total substituição da DIRF a partir do envio dos pagamentos efetuados de Janeiro/2025 em diante.

A partir de janeiro de 2026, será possível alterar dados do grupo [infoIRComplem] referente ao ano anterior no evento S-1210. Impacta tanto RGPS quanto RPPS, pois o S-1210 é o evento de pagamento para ambos.

11. Trabalhadores em Programas de Residência Jurídica em Órgãos Públicos:

Devem ser informados na categoria 306 – Servidor público contratado por tempo determinado.

12. Membros de Conselho Tutelar (Categoria 771):

Devem ser informados na folha anual (13º Salário). Houve adaptação no sistema para códigos de receita específicos a partir de 2023, exigindo retificação para declarações anteriores. Aplica-se a conselheiros vinculados ao RGPS.

13. Desconto Simplificado Mensal (DSM):

Inclusão do código 68 – Desconto simplificado mensal na Tabela 21 do eSocial para fins de registro na folha de pagamento do trabalhador, sem impacto na DIRF. Aplica-se a ambos os regimes para fins de IRRF.

Destaques:

Programa Receita Social Autorregularização – Portaria RFB 623/25 novo

Novo cálculo do IRRF – Redutor conforme a Lei 15.270/25 novo

Nova tabela de INSS e Salário família 2026 novo